

Projetos que falam: estudos teóricos sobre ambientes adequados a pessoas surdas

Ana Thereza Faria de Medeiros¹;
Contato: anatherezafrica@hotmail.com

Linha de pesquisa: Projeto de Arquitetura

INTRODUÇÃO

O projeto de acessibilidade vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões na área de arquitetura e urbanismo, sempre com abordagens que buscam a obtenção de espaços que atendam ao maior número de pessoas possível. Esse tipo de abordagem integra várias correntes inclusivas, visando proporcionar maior segurança, conforto e autonomia no uso de ambientes e objetos.

Diversos países vêm desenvolvendo pesquisas na área de acessibilidade e adotando normas para assegurar os direitos das pessoas com alguma deficiência, quer permanente quer provisória. Muitas dessas indicações estão relacionadas a tornar os espaços acessíveis e usáveis pelo maior número possível de pessoas. Por outro lado, muitas são as deficiências diagnosticadas pela medicina e, dentre elas, há várias que ainda não se fazem presentes nas normas e na pesquisa acadêmica, cujo maior enfoque é direcionado a pessoas com deficiências motoras e visuais, como mostrou uma breve consulta ao Banco de Dados de Teses e Dissertações Brasileiras, o BDTD (<http://www.bdtb.ibict.br>). Este é o caso da surdez, caracterizada pela perda total ou parcial da audição, o que dificulta a comunicação com outros indivíduos e induz o surgimento de um grupo muito específico e pouco atendido pelas normas. De fato, a pessoa com deficiência auditiva necessita de um conjunto de referências que facilite sua acessibilidade e mobilidade, sendo importante a realização de pesquisas sobre suas principais vias de percepção, comunicação e comportamento.

Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), no Brasil mais de 45 milhões de pessoas têm alguma deficiência, dentre as quais mais de 2 milhões são deficientes auditivos. No estado do Rio Grande do Norte, só na cidade de Natal são mais de 35.000 pessoas com algum tipo/grau de deficiência auditiva, um terço das quais incluídas na

categoria de grande dificuldade ou perda total da audição.

Mesmo dentro de uma perspectiva de inserção, os interessados em reduzir a segregação das pessoas surdas geralmente tentam compreendê-las tomando como base os ouvintes, ignorando outros sentidos ou comportamentos que diminuiriam, ou até extinguiriam, a diferença entre ambos, o que acaba por aumentar a desigualdade (SILVA, 2011).

Segundo o senso comum, as pessoas surdas “superam” a perda auditiva com o aguçamento da visão, no entanto, esse entendimento é superficial e simplista, pois é preciso que todo o corpo e sentidos estejam sincronizados e atentos à informação para que ela seja percebida, seja por ouvintes ou surdos.

Portanto, compreender como o ambiente interfere e influencia o comportamento dos seus usuários deve ser um dos pressupostos para o desenvolvimento de projetos de arquitetura e urbanismo, entendendo-se o indivíduo como foco do processo de projeto, que precisa estar fundamentado nas necessidades e aspirações de seus usuários. Ou seja, o conhecimento que hoje se constrói e acumula no campo das relações pessoa-ambiente precisa ser utilizado a fim de promover melhor qualidade de vida para todos.

Para tanto é fundamental a compreensão de fenômenos que fundamentam o modo de ser e agir das pessoas, e que são traduzidos em conceitos como relação/interação social e comportamento sócio espacial humano.

Nesse contexto, a Psicologia Ambiental se apresenta como um campo fundamental ao estudo do ambiente sócio físico, da sua percepção por aqueles que ali convivem e dos sentimentos que estas pessoas nutrem em relação a ele.

Quando consideramos pessoas com algum tipo de deficiência, as especificidades de suas relações com o ambiente passam a ser ainda maiores, a depender de suas características (tipo de limitações/habilidades e



grau de dificuldade vivenciada). Com relação às pessoas surdas, no Brasil muito se tem pesquisado na área de aprendizado e cognição, principalmente na área de pedagogia, mas pouco se estuda, ainda, sobre a influência do ambiente físico no comportamento desses indivíduos e do modo como o profissional de arquitetura pode atuar a fim de auxiliar em prol do seu bem-estar.

O ambiente de nossos edifícios e cidades, construído por e para indivíduos ouvintes, acaba por apresentar inúmeros desafios para pessoas com dificuldades auditivas, as quais, em resposta a esses obstáculos, desenvolvem maneiras particulares de alterar os locais em que permanecem por mais tempo, a fim de adaptá-los ao seu modo de ser e habilidades (BAUMAN, 2014). Nesse sentido, entender as adaptações realizadas por esse grupo e sua funcionalidade pode tornar-se útil ao processo de projeto no campo da arquitetura e urbanismo, a fim de garantir a usabilidade do espaço por mais usuários (independentemente de suas características), e, portanto, bem-estar a uma quantidade crescente de pessoas.

OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo a análise das necessidades ambientais de usuários surdos por meio da compreensão das suas percepções com o intuito de favorecer no desenvolvimento de projetos arquitetônicos que atendam às necessidades desse público específico.

MÉTODO

Este estudo constitui-se de uma revisão da literatura especializada, realizada entre fevereiro de 2016 e dezembro de 2017, no qual realizou-se uma consulta a livros e periódicos que abordem a temática de diretrizes para projetos de ambientes para pessoas surdas. Os principais autores abordados neste artigo foram Hansel Bauman (2014), Sagalang (2012) e Tysimbal (2010).

Logo em seguida, buscou-se estudar e compreender os principais parâmetros e forma de aplicação empregados nos estudos encontrados, como mecanismo de auxílio no desenvolvimento de projetos arquitetônicos que atendam às necessidades específicas desse público.

DESENVOLVIMENTO

Como visto anteriormente, muito se tem avançado em estudos acerca da temática acessibilidade. No entanto,

no que se refere às pessoas surdas, a quantidade de estudos é reduzida, principalmente na área da produção de ambientes construídos e quanto ao desenvolvimento de projetos de arquitetura e urbanismo que se adequem às necessidades desses indivíduos.

Embora atualmente questões relacionadas à acessibilidade sejam abordadas com frequência, de um modo geral as pessoas que possuem algum tipo de deficiência ainda se sentem à margem da sociedade. Em relação às pessoas surdas esse isolamento é ainda mais frequente devido a sua dificuldade de interação e relacionamento com outras pessoas.

No Brasil, um grande avanço foi conseguido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na revisão da Norma de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário e Espaços e Equipamentos Urbanos, a NBR9050 (ABNT, 2015), na qual foram inseridas algumas adequações. Dentre elas, no item de informação e sinalização, foi abordada a necessidade de intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) com a iluminação adequada, desde o joelho até a cabeça, além da presença da sinalização com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva em ambientes de uso público e coletivo. No entanto, esses itens não são suficientes para compreendermos as dificuldades enfrentadas por esse público, nem nos orienta como proceder em casos mais específicos.

Além da questão normativa, o crescente aumento da preocupação e necessidade da inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência traz outros questionamentos aos profissionais que projetam ambientes, notadamente aqueles relacionados a estratégias para inserir as necessidades desses indivíduos e grupos ainda durante o processo projetual. No que se refere às pessoas com deficiência auditiva, grande parte da dificuldade está relacionada à comunicação com o projetista, o que dificulta a identificação de suas necessidades e, a partir delas, a promoção de sentimentos de satisfação, bem-estar, afiliação, afetividade e identidade.

Apesar desse tipo de preocupação, houve dificuldade em encontrar recomendações de intervenções e adequações físicas nas edificações, ou parâmetros para o projeto arquitetônico específico para surdos, refletindo a carência de literatura brasileira, na qual destacam-se trabalhos acadêmicos como os de Fransolin et al, (2016), Nogueira (2014), Gaudiot (2010) e Arias (2008) que analisam a questão, porém não traçam diretrizes projetuais para alicerçar as propostas nesse campo.



O arquiteto Hansel Bauman se apresenta como mediador na elaboração do programa de necessidades do prédio da Gallaudet University, a primeira universidade nacional para surdos, construída em Washington D.C, Estados Unidos. Em sua parceria com a universidade, o arquiteto desenvolveu a metodologia DeafSpace, utilizada por muitos profissionais que necessitam atender a esse público específicos.

Vários pesquisadores apontam que, para compreender o universo das pessoas surdas é preciso entender formas primitivas de percepção e captação de informações através dos sentidos, e do modo como o nosso corpo e mente respondem a elas. Os estudos realizados pela psicologia e pelas ciências cognitivas sobre este tipo de habilidade explicam que se trata de uma função psicofisiológica que atribui significado às experiências sensoriais promovidas pelas vivências humanas (NOGUEIRA, 2014).

Assim, por exemplo, o movimento do corpo desempenha um papel na percepção do mundo como uma intencionalidade original, podendo ser entendido como uma maneira da pessoa se relacionar ao objeto, que é distinta do conhecimento objetivo (MERLEAU-PONTY, 1999). Isso indica que o corpo humano está repleto de possibilidades e potencialidades que podem ajudar a reduzir as dificuldades de comunicação dos surdos e sua estigmatização.

A visão consegue dar significados diferentes a uma mesma experiência de acordo com o grau de detalhes captados e ao poder de cognição do indivíduo. Ela é capaz de identificar, por exemplo, a aproximação de alguém por meio da sua sombra, ou mudanças faciais que sugerem tons e sentimentos diferenciados, como tristeza, surpresa ou indagações. Poderíamos, ainda, “identificar numa conversa em língua de sinais, diversos aspectos ao mesmo tempo, (...) a mão que faz o sinal, a direção do olhar que define a pessoa. Aqui se admira a abrangência do olhar (...), que, simultaneamente, “junta” todas essas partes e produz um entendimento” (MARQUES, 2008, p. 65).

Para Ferrara (1999), a audição nos fornece uma percepção espacial que vai além do nosso campo de visão, pois nos possibilita explorar áreas que nos indique a origem do estímulo sonoro. Ultrapassando os limites espaciais da visão, a localização, por exemplo, é uma função derivada da audição, cujo acionamento permite à pessoa se situar no espaço, reconhecer um lugar e se observar dentro dele. Sua perda faz com que a pessoa tenha dificuldades na exploração do ambiente, o que impossibilita, entre outros, a advertência de perigo por meio de um sinal de alerta ou a detecção da presença de

outras pessoas no local antes de vê-las (através da conversa ou do som do sapato sobre o piso), o que impossibilita uma reação ágil frente a tais situações.

Em casos de surdez profunda, o senso de localização fica fortemente prejudicado, limitando-se ao alcance do campo visual. Nesses casos, a visão se torna auxiliar no processo de vigilância e atenção, ganhando agilidade e sendo mais aguçada, de modo que a retenção imagética e o seu poder cognitivo tornam-se intensos. Gaudiot (2010) comenta que as pessoas surdas têm mais facilidade de fixação de informações perceptivas do que as videntes, especialmente no que se refere à organização espacial, mudança de lugar dos objetos e textura do movimento, questões relacionadas à apreensão do real.

Através da audição estabelecemos relações com ambientes e pessoas à distância e podemos classificar as informações sonoras em relação ao conjunto de informações fornecidas pelos outros sentidos. Uma pessoa que escuta o choro de um bebê em um outro ambiente poderá se preparar para atendê-lo, o que não acontece com uma pessoa com problema auditivo, que precisa do contato visual para identificar uma mudança no comportamento da criança.

Nesse sentido, o grande desafio da Psicologia Ambiental é contribuir para a compreensão do ser humano como parte do ambiente, do qual depende e como qual deve desenvolver uma relação harmoniosa e saudável. E cabe ao arquiteto compreender essa relação e propiciar, da forma mais adequada, o desenvolvimento de uma boa relação pessoa-ambiente, de modo a proporcionar aos usuários, nesse caso, surdos, a realização das suas atividades da melhor forma possível, com o mínimo de dificuldades, criando a experiência da satisfação e bem-estar. Em termos gerais, o Deaf Space baseia-se no fato da visão e do tato serem elementos primários de consciência espacial e orientação (BAUMAN, 2014). Para os surdos, a visão e o tato adquirirão um significado especial, tornando-se *locus* privilegiado de sua relação com o mundo, já que o predomínio de modos visuais/gestuais de comunicação (entre os quais a linguagem de sinais) faz com que construam uma forte identidade cultural, alicerçada nessas sensibilidades e experiências compartilhadas.

A partir das bases do DeafSpace, Karina Tysimbal (2010) elaborou o projeto de uma escola primária em Rockville, Maryland, EUA, para o qual considerou a percepção visual (e suas conexões espaciais e sociais), ambientes de uso coletivo, circulações e sensações das pessoas surdas, reforçando principalmente aqueles aspectos relacionados ao sentimento de lar.



Tentando apropriar-se dessa leitura alternativa do espaço, os padrões arquitetônicos do DeafSpace foram concebidos a partir das modificações introduzidas pelas pessoas surdas em seu ambiente a fim de o adaptarem às suas sensibilidades linguísticas, cognitiva e sociais. Note-se que as dimensões espaciais e sensoriais únicas dessa experiência fez surgir implicações arquitetônicas específicas, pois o espaço construído passou a ter como base a linguagem visual e as habilidades sensoriais destas pessoas e de sua cultura particular. Portanto, aos serem mais largamente construídos os padrões arquitetônicos do DeafSpace poderão vir a traduzir o que poderia ser um tipo de arquitetura específico

Assim, a fim de proporcionar ambientes amigáveis para as pessoas com deficiência auditiva, Bauman (2014) propôs os preceitos fundamentais do DeafSpace, que tem como base a consciência da linguagem gestual para a conectividade visual entre pessoas, o sentimento de segurança e bem-estar, a clareza da circulação e dos percursos. O seu estudo resultou na elaboração de diretrizes projetuais, que foram divididas em cinco padrões: alcance sensorial; espaço e proximidade; mobilidade; luz e cor; acústica e interferências eletromagnéticas.

O alcance Sensorial diz respeito às percepções e consciências das atividades em um determinado ambiente pelas pessoas surdas. Para eles, a leitura de “pistas” visuais, como a presença de sombras, expressões faciais ou táteis, como a percepção de certas vibrações os ajudam a ter uma consciência espacial mais ampla, além de prevenir acidentes.

Sagalang (2012) também de reporta a essa necessidade ao propor, como recomendação a sua pesquisa, que os escritórios do ambiente de ensino deveriam estar de frente a um ambiente coletivo de entrada, de modo que eles pudessem ver os estudantes que entram e saem da instituição.

Esse mesmo princípio é descrito por Tysimbal (2010) como conexão visual, no qual as pessoas surdas necessitam de visibilidade de outras pessoas, tanto dentro como fora da edificação. Para isso, deve-se optar pela utilização de materiais que promovam a transparência, como gradis e vidros, presente também nas esquadrias, como portas.

A necessidade de visualização dos gestos e expressões durante a comunicação entre as pessoas surdas faz com que elas precisem estar próximas umas às outras, dentro do seu campo de visão. Para isso, Bauman (2014) comenta a importância de áreas amplas, sem obstáculos visuais, para que essa comunicação ocorra com

facilidade. Além disso, devemos atentar para o fato de que a organização espacial, tanto de dimensionamento quanto de leiaute, interferem diretamente nesse processo comunicacional. Esse padrão seria o que ele (Ibidem) chamou de espaço e proximidade.

Como exemplo dessa organização espacial, podemos utilizar o ambiente da cozinha da Universidade Gallaudet, que se abre completamente para possibilitar a visualização e conversa enquanto as pessoas surdas o utilizam, sem ficarem um de costas para o outro. Essa configuração serve para estimular a ideia do ambiente da cozinha como um local de encontro, no qual os estudantes podem se conhecer e interagir socialmente. Sagalang (2012) também concorda com este item ao afirmar que a personalização e a posição do mobiliário no ambiente deve ser considerado. No caso estudado por ela, as carteiras de um ambiente de ensino

Figura 1. Abertura visual da cozinha dos blocos da Gallaudet



Fonte: STINSON, 2013, apud BAUMAN, 2014

No padrão mobilidade, partindo do princípio do padrão anterior, podemos perceber que a necessidade do espaço de captação visual para a comunicação em Língua de Sinais também ocorre em movimento, daí a importância da implantação de circulações largas, de modo que as pessoas surdas possam se posicionar uma ao lado da outra, ainda dentro do alcance visual adequado para a comunicação. Além disso tem-se a necessidade de captação de informações do entorno, de forma a prevenir acidentes e evitar surpresas. Neste caso, a utilização de quinas em vidro ou curvas facilita esse processo. A este padrão, Tysimbal (2010) dá o nome de Circulação. Ela (Ibidem) afirma que a utilização de texturas no piso auxilia questões de orientação, assim como define atividades a serem desenvolvidas em um determinado ambiente.



O quarto padrão, de luz e cor, como o próprio nome diz, atenta para questões de intensidade de iluminação e uso das cores. Para Bauman (Ibidem), padrões de sombra e luz de fundo devem ser consideradas durante o processo de projeção e desenvolvimento do ambiente. Brilho excessivo, grandes contrastes de fundo dificultam a comunicação visual e contribuem para a fadiga ocular, além de diminuir a concentração e aumentar a exaustão física.

Além disso, a luz artificial também deve ser pensada de modo a evitar o ofuscamento e propiciar a iluminação necessária para uma boa leitura da Língua de Sinais. As cores utilizadas, tanto nas paredes como no mobiliário também deve seguir essas orientações, por meio do contraste com as pessoas, facilitando essa leitura.

Por fim, o padrão de Acústica e Interferências Eletromagnéticas abarca questões de percepção sonora, para aqueles que apresentam alguma audição, e de vibrações, para aqueles que não a possuem. O ambiente frequentado por pessoas surdas deve ter um tratamento acústico de modo a evitar interferências sonoras e distrações indevidas, principalmente para aquelas que utilizam algum tipo de aparelho auditivo ou que possuem implantes cocleares. Problemas de reverberação no ambiente, causados pela reflexão excessiva, assim como a interferência de ruídos externos a ele podem ser muito perturbadores e gerar distração da fonte sonora que se deseja ouvir. Os ambientes devem ser concebidos de modo a minimizar esses efeitos, assim como o ruído de fundo

Tysimbal (2010) faz um resumo dos princípios do Deaf Space, proposto por Bauman como uma série de escolhas arquitetônicas, nas quais devemos priorizar o contato visual, ao invés de ambientes que o impossibilitem, curvas e círculos ao invés de quinas e cantos, trocar rampas por escadas, portas automáticas por portas de giro, priorizar ambientes coletivos ao invés dos individuais, espaços mais amplos ao invés de estreitos, fazer transições suaves, em vez de quinas “cegas”, sem visualização, ter maior visibilidade dos ambientes por meio de janelas e aberturas, evitando ambientes fechados, sem contato externo, utilização de campanhas luminosas no lugar das sonoras, ambientes transparentes ou com alta visibilidade, ao invés dos opacos, luz suave, sem causar ofuscamento.

Além dos padrões comentados acima, Tysimbal (2010) propõe outros dois, sendo um de coletividade, que alega ser de extrema importância para a comunidade surda. Em ambientes educacionais, esses espaços criam um clima de sociabilidade maior, essencial para conhecer e descobrir as necessidades das pessoas surdas, além de

beneficiar também os estudantes ouvintes por meio do convívio. Ela afirma que nesses espaços, vê-se a organização espacial sempre em arranjos circulares, criando uma espécie de “roda” nos quais os surdos se comunicam. O outro é o senso de lar, resumido na criação de ambientes que evoquem nos estudantes o senso de identidade e pertencimento, fundamental para a promoção do bem-estar dos usuários.

Indo um pouco mais além, ela (Ibidem) propõe diretrizes para ambientes urbanos adequados para pessoas surdas, devendo conter uma definição física os ambientes públicos e de uso coletivos, reforçar a segurança, sem deixar de ser acessível, ser projetado de acordo e a partir dos dados climáticos locais, respeitando-os, assim como a sua topografia, história e práticas construtivas e encorajar a caminhada e interação com a vizinhança.

Diante de todo esse contexto, o DeafSpace assume um papel especial, sobretudo na orientação do projeto, ao basear-se no fato da visão e do tato serem elementos primários de consciência espacial e orientação.

Em termo arquitetônicos, o DeafSpace se distingue não por procurar soluções universais, e sim por promover situações sócio espaciais particulares, que conectem de modo sensível e significativo os indivíduos uns aos outros e àquilo que está ao seu redor, independentemente de onde eles estejam, e, com isso, de grande importância para os profissionais que desejam se aprofundar na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que embora haja um empenho dos profissionais e do poder público (por meio das normas) para o desenvolvimento de projetos acessíveis às pessoas com deficiência auditiva, no Brasil ainda há uma escassez muito grande em termos de diretrizes projetuais para esse público específico. As normas são muito abrangentes e não servem para um projeto mais específico, como uma residência, por exemplo. Deve-se somar a isso a dificuldade de comunicação entre a pessoa surda e o projetista, que deve saber falar a Língua de Sinais ou ser auxiliado por um intérprete, o que aumenta a dificuldade de encontrar soluções adequadas a esse público.

Apesar de todos os três autores analisados apresentarem estratégias específicas para ambientes educacionais, muitos dos parâmetros desenvolvidos são significativos, sobretudo para a compreensão da percepção do ambiente pelas pessoas surdas. No entanto, ainda são necessários mais estudos para a



Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFRN

determinação de parâmetros mais específicos, tema que está sendo desenvolvida na dissertação de mestrado da autora.

É importante frisar também que todos os autores são unânimes ao afirmarem a importância da participação dos usuários surdos no processo de projeção. Quando a relação entre as pessoas e o ambiente é compreendida, há maior possibilidade de alterar os espaços a fim de promover bem-estar para todos; nesse sentido, analisar tais aspectos de forma transdisciplinar poderá constituir uma importante colaboração para o processo de projeto em arquitetura e urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT)
NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: 2015

BAUMAN, Hansel-dirksen L.. DeafSpace: an architecture towards a more livable and sustainable world. In: BAUMAN, Hansel-dirksen L.; MURRAY, Joseph J. (Ed.). **Deaf Gain:** Raising the stakes for human diversity. 1. ed. London: University Of Minnesota, 2014. Cap. 22. Kindle Edition.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Olhar periférico**. São Paulo, Ed. Edusp, 1999.

GAUDIOT, Denise Maria Simões Freire. **Sala de aula para surdos:** Recomendações ergonômicas. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Design, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3348/arquivo30_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 dez. 2016.

MARQUES, Rodrigo Rosso. **A experiência de ser surdo:** uma descrição fenomenológica. 133 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NOGUEIRA. Vanessa Teixeira de Freitas. **Os diferentes sentidos e formas de inclusão dos surdos no ambiente de trabalho**. Dissertação (mestrado) – Curso de Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Universidade de Fortaleza (INIFOR), Fortaleza, 2014.

SANGALANG, Jordan. **What is Privacy in Deaf Space?** 182 f. Thesis - American Sign Language And Deaf Studies Department, Gallaudet University, Washington, 2012.

Disponível em: <https://deafgeographies.files.wordpress.com/2014/09/sangalang__jordan_-_what_is_privacy_in_deafspace_final_print__copy-libre.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

TYSIMBAL, Karina. A. **Deaf space and the visual world – buildings that apeaks:** na elementary school for the deaf. Thesis. School of Architecture Planning and Preservation. Faculty of the Graduate School of the University of Maryland, College Park, EUA, 2010.

NOTAS

¹ Aluna regular de mestrado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

